

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOAO AMORIM" - CEJAM

CNPJ: 66.518.267/0001-83

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2025

Balanco Patrimonial dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)										Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)			
Ativo	Notas	Atividades de Saúde				Atividades de Saúde				Acumulado	Descrição	2025	2024
		Gestão Pública	Assistência Gratuita	Gestão de Apoio à Saúde	Acumulado	Gestão Pública	Assistência Gratuita	Gestão de Apoio à Saúde	Acumulado				
Ativo Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	4	106.813.621,54	1.235.531,63	148.970.671,03	257.019.824,20	138.277.406,30	1.755.433,32	61.899.508,65	201.932.344,27	Superávit do exercício	7.897.658,18	8.669.076,15	
Adiantamentos a fornecedores		568.636,93	1.172,784	461.598,36	1.041.963,93	237.157,52	2.950,00	424.091,21	6.164.198,73	Outros resultados abrangentes			
Adiantamentos a empregados	5	10.870.747,32	76.364,30	400.949,36	11.348.060,98	10.451.692,93	38.772,01	347.619,95	10.838.804,80	Resultado abrangente total do exercício	7.897.658,18	8.669.076,15	
Adiantamentos para despesas		17.499,91	2.395,03	3.234,03	23.128,97	22.893,29	1.619,72	-	254.013,01				
Impostos recuperáveis		10.442,76	-	-	10.442,76	87.244,73	-	-	87.244,73				
Créditos com contratos de gestão e convênios	6	309.159.880,73	-	-	309.159.880,73	276.920.714,83	-	4.689.534,40	276.920.714,83				
Outros créditos	7	23.717.901,83	570.302,88	21.829.614,26	46.117.894,97	2.298.295,28	402.899,08	6.899.534,40	7.390.726,76				
Estoque	8	29.449.560,15	-	130.324,06	29.579.884,21	25.542.238,49	-	46.111,94	25.588.350,43				
Reservas para contingências	9	-	-	-	-	35.609.730,89	-	-	35.609.730,89				
Despesas antecipadas		862.514,57	549.665,28	25.391,43	1.437.571,28	732.231,08	629,25	25.535,34	758.395,67				
Total do Ativo		481.470.805,64	2.445.987,86	171.821.782,53	655.738.576,03	490.179.807,33	2.202.303,38	67.432.401,49	559.814.310,20				
Ativo Não Circulante													
Imobilizado	10	69.864.230,04	35.606.226,48	10.702.557,90	116.173.014,42	69.875.269,71	27.375.727,34	11.083.429,82	108.334.426,87				
Intangível	11	590.828,14	43.766,03	27.820,80	632.414,97	775.848,56	62.330,09	35.628,70	873.807,35				
Total do Ativo		551.995.863,82	38.095.980,37	182.552.161,23	717.544.005,42	566.830.723,60	29.640.360,81	78.551.460,01	669.022.544,42				
Passivo e Patrimônio Líquido													
Passivo Circulante													
Fornecedores		61.166.050,62	248.580,00	1.058.545,70	62.473.155,12	63.060.020,50	4.485.602,66	676.124,65	68.221.747,81				
Obrigações trabalhistas	12	92.795.576,03	207.760,03	2.341.242,83	95.344.578,89	80.666.319,47	203.323,69	2.067.399,11	93.277.042,27				
Obrigações sociais e fiscais	13	66.897.733,97	262.264,41	2.599.324,86	72.719.323,24	64.518.879,59	181.438,28	1.995.530,94	66.895.848,81				
Empréstimos e financiamentos	14	-	0,37	50.810.281,17	50.810.281,54	50.000,00	-	24.611.083,00	25.161.083,37				
Contas a pagar	15	65.209.873,66	431.947,87	493.947,18	66.651.768,71	74.925.055,55	2.169.698,90	1.078.743,23	38.329.270,32				
Provisões para férias e encargos	16	160.345.669,93	513.896,26	7.761,00	166.352.326,29	143.755.609,07	434.147,20	7.399.423,16	148.809.181,18				
Total do Passivo		450.374.903,68	1.664.427,31	69.937.997,98	521.977.328,97	388.061.657,19	4.774.210,73	35.228.307,09	430.764.175,01				
Passivo Não Circulante													
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.728.000,00	1.728.000,00	-	-	2.304.000,00	2.304.000,00				
Provisões para contingências	17	19.072.725,73	-	933.282,20	20.006.007,93	16.472.071,15	-	627.593,55	17.099.664,70				
Contas a pagar	15	139.438,01	-	-	139.438,01	34.027,45	-	-	34.027,45				
Recursos governamentais a realizar	18	3.493.596,97	-	-	3.493.596,97	2.554.264,66	-	-	2.554.264,66				
Bens públicos em nosso poder	19	70.275.509,94	-	-	70.275.509,94	1.475.509,94	-	-	70.275.509,94				
Total do Passivo		92.922.078,17	2.661.282,20	95.583.360,37	95.583.360,37	89.572.976,20	2.291.593,55	32.208.307,09	92.504.566,75				
Patrimônio Líquido													
Patrimônio social		83.196.050,21	22.166.150,08	40.391.559,37	145.753.802,66	65.615.708,99	3.984.799,63	63.500.773,04	133.101.279,66				
Superávit/(Deficit) do exercício	38	(24.793.062,52)	(1.245.350,47)	33.936.071,17	7.897.658,18	12.990.914,62	(1.064.483,03)	(3.257.355,44)	8.669.076,15				
Doação final		1.331.855,24	-	-	1.331.855,24	3.983.446,85	-	-	3.983.446,85				
Transferências patrimoniais		(5.336.003,96)	15.510.753,45	35.625.250,51	45.798.500,00	66.224,42	19.245.833,48	(19.851.858,29)	66.224.422,00				
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		551.995.863,82	38.095.980,37	182.552.161,23	717.544.005,42	566.830.723,60	29.640.360,81	78.551.460,01	669.022.544,42				

Demonstração do Resultado dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - (em Reais)

Notas	Atividades de Saúde				Atividades de Saúde				Acumulado	Descrição	2025	2024
	Gestão Pública	Assistência Gratuita	Gestão de Apoio à Saúde	Acumulado	Gestão Pública	Assistência Gratuita	Gestão de Apoio à Saúde	Acumulado				
Receitas Líquidas												
Contratos de gestão e convênios	20	2.832.682.885,62	9.411.565,60	82.302.319,30	2.924.396.770,52	2.608.663.405,20	8.681.895,48	62.122.525,07	2.679.447.825,75			
Assistência gratuita prestada em saúde	22	-	9.411.565,60	-	9.411.565,60	-	8.684.045,48	-	8.684.045,48			
Recursos para custeio operacional	23	-	-	83.896.318,71	83.896.318,71	-	-	62.122.525,07	62.122.525,07			
Realização de bens públicos em nosso poder	24	9.017.605,67	-	-	9.017.605,67	8.596.645,42	-	-	8.596.645,42			
(+) Repasse destinado ao imóvel (valor contábil)		(6.741.141,34)	-	-	(6.741.141,34)	(13.504.723,89)	-	-	(13.504.723,89)			
(-) Devolução de recursos públicos		(5.074.141,34)	-	-	(5.074.141,34)	(163.361,87)	-	-	(163.361,87)			
(-) Custos sobre contratos e convênios		(3.128.779,94)	-	-	(3.128.779,94)	(4.703.065,59)	-	-	(4.703.215,59)			
Custos		(2.742.825.831,90)	(17.283.674,25)	(72.928.517,77)	(2.833.038.023,92)	(2.496.190.904,20)	(15.613.784,31)	(66.331.020,85)	(2.578.054.709,36)			
Pessoal próprio	27	(1.930.103.724,93)	(5.876.327,52)	(62.934.711,80)	(1.998.914.764,25)	(1.751.932.977,97)	(5.280.134,39)	(56.316.914,44)	(1.813.530.026,80)			
Serviços terceirizados	28	(617.617.399,70)	(1.705.709,62)	(9.130.476,03)	(628.453.585,35)	(580.114.884,40)	(1.293.015,98)	(9.182.079,75)	(590.589.989,13)			
Medicamentos e materiais de consumo	29	(195.104.707,27)	(290.071,01)	(863.329,94)	(196.258.108,72)	(164.062.041,83)	(8.684.045,48)	(832.026,66)	(165.250.656,95)			
Assistência gratuita prestada em saúde	30	(449.837.842,23)	(9.411.565,60)	-	(459.249.407,83)	(459.249.407,83)	-	-	(459.249.407,83)			
Custos da imunidade usufruída	(-)	(1.162.881,88)	(1.245.350,47)	(13.184.783,23)	(14.593.015,58)	(14.593.015,58)	-	-	(14.593.015,58)			
(-) Imunidade usufruída	36	449.837.842,23	2.125.651,93	13.184.783,23	464.238.277,39	(414.682.020,61)	(1.089.682,38)	(11.310.978,22)	427.082.681,21			
Resultado Bruto		89.854.700,63	(7.872.108,65)	9.376.154,62	91.358.746,60	(112.553.501,00)	(6.931.888,83)	(4.208.495,78)	101.413.116,39			
Despesas		(171.866.951,16)	(2.435.209,36)	(15.268.654,10)	(189.390.814,62)	(152.812.969,99)	(1.231.806,03)	(8.342.462,89)	(162.387.238,91)			
Impostos, taxas e contribuições	30	(1.294.075,68)	(236.414,01)	(236.414,01)	(1.773.665,09)	(1.417.487,73)	(44.208,96)	(127.687,17)	(1.737.383,86)			
Despesas gerais	31	(161.718.312,11)	(2.191.934,36)	(14.614.399,69)	(178.524.646,16)	(140.294.167,02)	(1.187.597,07)	(8.066.775,72)	(149.548.539,85)			
Provisões para contingências	32	(6.874.563,37)	-	-	(6.874.563,37)	(9.092.403,87)	-	-	(15.966.967,24)			
Ous (Despesas) e Receitas Operacionais		35.879.787,36	8.885.595,17	31.384.949,13	75.040.331,66	32.890.149,93	10.790.427,41	4.253.677,99	44.164.253,43			
Despesas com doações e auxílios		-	(71.345,00)	(12.650,00)	(83.995,00)	-	(21.119,96)	-	(31.891,77)			
Receitas com doações e subvenções		1.879.580,56	699.236,96	13.104,77	2.591.922,31	1.431.162,16	1.400.404,95	73.000,00	2.962.210,02			
Outras receitas	25	33.800.206,80	8.257.703,19	31.384.949,36	73.442.404,35	31.448.987,77	5.651.142,42	4.191.449,80	41.291.579,99			
Trabalho Voluntário												
Receitas do trabalho voluntário	32	973.361,00	545.512,80	95.044,01	1.613.917,81	-	527.006,16	90.518,11	617.524,27			
(-) Custos do trabalho voluntário	32	(973.361,00)	(545.512,80)	(95.044,01)	(1.613.917,81)	-	(527.006,16)	(90.518,11)	(617.524,27)			
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		(46.150.110,08)	(1.421.722,84)	25.490.096,56	(22.081.736,36)	(7.379.319,06)	(1.133.267,45)	(8.297.280,68)	(16.809.867,19)			
Resultado Financeiro		21.357.047,56	(1.772.737,37)	8.445.974,61	29.979.394,54	20.370.233,68	68.784,42	5.039.925,24	25.476.943,34			
Receitas financeiras	26	22.457.377,02	186.730,62	11.268.571,15	33.912.678,79	21.261.917,06	86.741,47	5.475.504,15	26.246.162,68			
Despesas financeiras	26	(1.100.329,46)	(10.358,25)	(2.822.596,54)	(3.933.284,25)	(891.683,38)	(1					

A rubrica de salários a pagar representa a parcela mais relevante do grupo. A variação entre os exercícios está associada, principalmente, à movimentação do quadro de colaboradores e às rescisões ocorridas no período. As obrigações possuem natureza de curto prazo e são liquidadas nos prazos legais e contratuais.

13. Obrigações Sociais e Fiscais: As obrigações sociais e fiscais correspondem aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento e aos tributos retidos na fonte decorrentes das operações da Entidade, reconhecidos pelo regime de competência, em conformidade com a legislação aplicável. As obrigações sociais referem-se, principalmente, aos encargos trabalhistas, com destaque para o FGTS, enquanto as obrigações fiscais correspondem, substancialmente, a tributos retidos de terceiros, incluindo colaboradores e prestadores de serviços.

Composição das obrigações sociais e fiscais:

	2025	2024
Contribuições sindicais e assistenciais	161.535,68	180.737,19
CSRF retida de pessoas jurídicas	3.528.991,00	3.295.778,93
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	15.793.091,71	14.618.156,45
INSS retido de autônomos	39.896,57	81.506,33
INSS retido de pessoas jurídicas	922.733,84	1.244.449,13
INSS retido na folha de pagamento	7.449.116,31	6.967.226,05
IRRF retido de autônomos	15.437,12	15.437,12
IRRF retido de pessoas jurídicas	723.286,37	597.833,18
IRRF retido na folha de pagamento	43.751.760,86	39.298.524,02
IRRF retido sobre aluguéis	60.530,58	52.353,04
ISS retido de autônomos	8.094,44	15.466,88
ISS retido de pessoas jurídicas	264.848,76	306.660,12
	77.919.323,24	66.695.848,81

A composição do grupo concentra-se em obrigações vinculadas à folha de pagamento e a outros tributos, refletindo a natureza operacional da Entidade. As obrigações possuem natureza de curto prazo e são regularmente recolhidas nos prazos legais.

14. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos referem-se, substancialmente, a operações de capital de giro contratadas junto a instituições financeiras, bem como a financiamentos vinculados a investimentos institucionais na Entidade. No contexto das operações, a Entidade adota a segregação de recursos por projeto e contrato de gestão, o que pode demandar, pontualmente, a utilização de linha de crédito de curto prazo por unidades específicas, independentemente da formação financeira consolidada. As operações contratadas contemplam, quando aplicável, garantias usuais de mercado, tais como cessão fiduciária de aplicações financeiras, incluindo CDBs, bem como outros instrumentos compatíveis com a natureza das operações, conforme estabelecido contratualmente junto às instituições financeiras.

Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Encargos	2025	2024
Banco Santander (Brasil) S.A.	CDI + spread	9.400.500,37	1.459.392,21
Banco Bradesco S.A.	CDI + spread	27.156.472,47	23.701.691,16
Itaú Unibanco S.A.	CDI + spread	9.253.309,04	-
Banco Sofisa S.A.	Pré-fixado	5.000.000,00	-
		50.810.281,88	25.161.083,37
Não Circulante			
Banco Bradesco S.A.	CDI + spread	1.728.000,00	2.304.000,00
		52.538.281,88	27.465.083,37

As operações indexadas ao CDI apresentam spreads que variam, aproximadamente, entre 9% a.a. e 16% a.a., acrescidas do CDI, conforme condições específicas de cada contrato. Adicionalmente, a Entidade possui operação a taxa pré-fixada de 21,26% a.a., conforme pactuado junto à instituição financeira. No exercício de 2025, observa-se aumento no saldo de empréstimos e financiamentos, decorrente, principalmente, da maior utilização de linhas de crédito por unidades operacionais, em função da realização de operações de curto prazo por unidades específicas, independentemente da formação financeira consolidada. As operações contratadas contemplam, quando aplicável, garantias usuais de mercado, tais como cessão fiduciária de aplicações financeiras, incluindo CDBs, bem como outros instrumentos compatíveis com a natureza das operações, conforme estabelecido contratualmente junto às instituições financeiras.

Composição das contas a pagar:

Circulante

	2025	2024
Águas do Rio 4 SPE S.A.	668.435,68	668.435,68
Aluguéis a pagar	310.203,78	297.962,44
CEJAM – Apoio à Matriz	3.745.010,40	1.559.338,32
CEJAM – Mantenedora	12.110.220,99	3.036.266,84
CEJAM – Mogi das Cruzes ESF/LACEM	665.405,30	201.460,43
CEJAM – Hosp. Mat. Paulino Werneck	1.825.525,91	1.825.525,91
CEJAM – RJ Núcleo Regional	5.850.000,00	-
CEJAM – SP PROREHOSP	13.807.591,55	-
Cia. Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE	1.835.253,23	2.083.697,18
Cia. Saneamento Básico Est. S. Paulo – SABESP	239.280,25	170.370,60
Claro S.A.	203,00	185,90
Débitos Interjurídicos – Custeio de pessoal	355.463,46	330.253,79
Eletrópolis Metropolitana Eletricidade de SP	244.516,95	227.164,13
Empréstimos consignados a folha	5.314.165,86	4.157.745,26
Empréstimos de materiais e medicamentos	2.751.128,08	2.222.970,10
IRS – Ação institucional	3.920,00	59.230,00
IRS – Contribuições voluntárias	610,00	640,00
Light Serviços de Eletricidade S.A.	18.243.627,84	18.712.979,42
Nextel Telecomunicações Ltda.	-	339,90
Nova Glória Park Estacionamento Ltda.	30.000,00	-
Outros valores a regularizar	435.825,55	560.512,54
Plano de previdência privada	105.918,99	114.471,58
Plano de saúde	-	118.662,36
Plano odontológico	224.997,47	18.671,29
PNPSP – Adiantamentos a apropriar	3.401.127,64	2.945.500,64
PNPSP – Recursos a desenvolver	1.227.330,72	1.227.330,72
Processos Judiciais a Pagar	790.214,45	-
Recebimentos antecipados	-	61.550,88
Telefônica Brasil S.A.	2.015,64	8.897,22
TIM Celular S.A.	30.196,72	31.964,05
	74.277.663,55	38.939.270,32

Não Circulante

Acordos trabalhistas a pagar	139.438,01	34.027,45
	74.417.101,56	38.973.297,77

Os saldos correspondem, predominantemente, a compromissos de curto prazo decorrentes da estrutura administrativa e da gestão operacional da Entidade. A variação entre os exercícios está relacionada à dinâmica das operações e à movimentação desses compromissos no período. As obrigações são liquidadas conforme os prazos estabelecidos e vêm sendo regularmente acompanhadas pela Administração.

17. Provisões para Férias e Encargos: As provisões para férias e encargos correspondem às obrigações estimadas relativas aos direitos adquiridos pelos colaboradores até a data do balanço, principalmente no que se refere a férias vencidas e proporcionais, acrescidas do adicional constitucional e dos respectivos encargos sociais. Tais provisões são reconhecidas pelo regime de competência.

Composição das provisões para férias e encargos:

	2025	2024
Férias e 1/3 sobre férias	154.047.199,38	137.799.037,92
FGTS sobre férias	12.305.129,91	11.012.995,51
	166.352.329,29	148.809.182,43

A provisão para férias representa os valores devidos aos colaboradores referentes aos períodos não gozados até a data do balanço, enquanto o FGTS sobre férias corresponde ao encargo social incidente sobre esses valores. Os saldos são atualizados mensalmente e refletem, de forma adequada, as obrigações da Entidade com seus colaboradores, não havendo incertezas relevantes quanto à sua realização.

18. Provisões para Contingências: As provisões para contingências referem-se a obrigações presentes decorrentes de processos judiciais e administrativos, de natureza trabalhista e cível, reconhecidas com base na melhor estimativa da Administração, suportada pela avaliação de assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas para processos classificados com probabilidade de perda provável, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Os processos classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados para fins de transparência.

Composição das provisões para contingências (perdas prováveis):

	2025	2024
Contingências trabalhistas	6.678.807,86	9.801.737,94
Contingências cívicas	11.327.200,07	7.297.926,76
	20.006.007,93	17.099.664,70

As contingências trabalhistas decorrem, principalmente, de demandas relacionadas às relações de trabalho no âmbito das operações da Entidade, enquanto as contingências cívicas estão associadas a processos de natureza diversa, inerentes às suas atividades. A mensuração das provisões considera a análise individualizada dos processos, o histórico de decisões judiciais, a jurisprudência aplicável e a experiência da Administração em casos similares. **Contingências classificadas como de perda possível (não provisionadas):** Com base nas informações fornecidas pelos assessores jurídicos e nos procedimentos de circularização realizados no âmbito da auditoria independente, a Entidade apresenta as seguintes contingências classificadas como de perda possível:

	2025	2024
Contingências trabalhistas	30.051.538,00	29.845.699,96
Contingências cívicas	190.276.299,00	269.899.305,00
	220.327.777,00	299.745.004,96

Esses valores representam estimativas de processos cujo desfecho não é considerado provável, razão pela qual não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração mantém acompanhamento contínuo desses processos e entende, com base nas avaliações jurídicas disponíveis, que as provisões registradas são suficientes para fazer frente às perdas classificadas como prováveis na data das demonstrações contábeis. Em relação às contingências classificadas como de perda possível, não se espera, com base no estágio atual dos processos e nas avaliações jurídicas, a ocorrência de impactos relevantes que justifiquem o reconhecimento de provisões.

18. Recursos Governamentais a Realizar: Os recursos governamentais a realizar referem-se a valores recebidos no âmbito dos contratos de gestão e convênios, destinados a finalidades específicas, geralmente vinculadas à aquisição de bens e à realização de investimentos relacionados à gestão pública. Tais recursos são reconhecidos no resultado à medida em que são efetivamente aplicados nas finalidades para as quais foram destinados, em conformidade com a execução dos respectivos instrumentos contratuais.

Composição dos recursos governamentais a realizar:

	2025	2024
Recursos governamentais a realizar	3.433.596,97	2.554.364,66

A variação entre os exercícios está relacionada à dinâmica de recebimento e aplicação desses recursos, conforme a execução dos projetos e investimentos vinculados aos contratos de gestão.

19. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica “Bens públicos em nosso poder” refere-se a ativos adquiridos com recursos recebidos no âmbito de contratos de gestão e convênios firmados com entes públicos, destinados à infraestrutura e à operacionalização dos serviços de saúde. Tais bens possuem natureza reversível e estão vinculados à execução dos respectivos contratos, devendo ser devolvidos ao poder concedente ao término das parcerias, conforme previsto nos instrumentos contratuais. Os ativos são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, tendo como contrapartida o registro no passivo não circulante, refletindo a obrigação associada à sua reversibilidade.

Composição dos bens públicos em nosso poder:

	2025	2024
Bens públicos em nosso poder	70.726.317,46	70.512.509,94

A Entidade mantém controles patrimoniais individualizados, assegurando a identificação e a vinculação dos bens por unidade operacional, em conformidade com a legislação aplicável.

20. Receitas Operacionais Líquidas: As receitas operacionais líquidas correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade, bem como aos recursos recebidos no âmbito dos contratos de gestão, convênios e demais instrumentos firmados com o poder público, apresentados líquidos de deduções, tais como glosas, devoluções e ajustes contratuais. As receitas são reconhecidas pelo regime de competência, à medida em que os serviços são prestados e as obrigações de desempenho são atendidas, em conformidade com a natureza das operações da Entidade.

As receitas decorrentes de contratos de gestão possuem substancial natureza de subvenção governamental para custo, sendo reconhecidas no resultado de forma consistente com a execução dos contratos e com os custos incorridos. Os recursos destinados à aquisição de ativos vinculados à gestão pública são tratados como subvenções para investimento, sendo apropriados ao resultado de forma compatível com a depreciação dos ativos correspondentes. As deduções da receita referem-se, principalmente, a glosas contratuais, devoluções de recursos e ajustes decorrentes da execução dos contratos, sendo reconhecidas à partir de sua identificação e mensuração. A composição detalhada das receitas operacionais líquidas está apresentada nas notas explicativas subsequentes.

21. Receitas com Contratos de Gestão e Convênios: As receitas com contratos de gestão e convênios referem-se aos valores reconhecidos no âmbito de instrumentos firmados com entes públicos para a execução de serviços de saúde, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Essas receitas possuem, substancialmente, natureza de subvenção governamental para custeio, sendo reconhecidas no resultado de forma consistente com a execução dos contratos e com os custos incorridos. Os recursos destinados à aquisição de ativos vinculados à gestão pública são tratados como subvenções para investimento, sendo apropriados ao resultado de forma compatível com a depreciação dos ativos correspondentes. As deduções da receita referem-se, principalmente, a glosas contratuais, devoluções de recursos e ajustes decorrentes da execução dos contratos, sendo reconhecidas à partir de sua identificação e mensuração. A composição detalhada das receitas operacionais líquidas está apresentada nas notas explicativas subsequentes.

21. Receitas com Contratos de Gestão e Convênios: As receitas com contratos de gestão e convênios referem-se aos valores reconhecidos no âmbito de instrumentos firmados com entes públicos para a execução de serviços de saúde, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Essas receitas possuem, substancialmente, natureza de subvenção governamental para custeio, sendo reconhecidas no resultado de forma consistente com a execução dos contratos e com os custos incorridos. Os recursos destinados à aquisição de ativos vinculados à gestão pública são tratados como subvenções para investimento, sendo apropriados ao resultado de forma compatível com a depreciação dos ativos correspondentes. As deduções da receita referem-se, principalmente, a glosas contratuais, devoluções de recursos e ajustes decorrentes da execução dos contratos, sendo reconhecidas à partir de sua identificação e mensuração. A composição detalhada das receitas operacionais líquidas está apresentada nas notas explicativas subsequentes.

podem referir-se aos valores reconhecidos no âmbito de instrumentos firmados com entes públicos para a execução de serviços de saúde, em conformidade com as disposições contratuais e com as práticas contábeis aplicáveis pela Entidade. Essas receitas possuem, substancialmente, natureza de subvenção governamental para custeio, sendo reconhecidas no resultado de forma consistente com a execução dos contratos e com os custos incorridos.

Composição das receitas com contratos de gestão e convênios:

	2025	2024
Org. Social Est. SP – AME Itu	4.667.740,00	11.203.240,44
Org. Social Est. SP – Hosp. de Franco da Rocha	171.945.335,30	152.659.865,52
Org. Social Est. SP – Lucy Montoro de Santos	9.193.789,99	7.279.785,93
Org. Social Est. SP – Hosp. de Franco da Rocha	4.564.057,44	5.563.777,36
Org. Social Est. SP – Hosp. Geral de Itapevi	148.044.605,36	134.625.224,24
Org. Social Est. SP – Hosp. Leonor Mendes de Barros	15.196.120,13	11.933.373,20
Org. Social Est. SP – Ferraz de Vasconcelos	8.009.878,84	12.846.619,79
Org. Social Est. SP – Lucy Montoro de Pariqueira Açu	3.997.637,86	4.213.613,35
Org. Social Est. SP – Hosp. Regional Sul	9.305.003,40	9.305.003,40
Org. Social Est. SP – AME Carapicaba	18.768.740,22	17.084.087,93
Org. Social Est. SP – Hosp. Santa Tereza de Ribeirão Preto	14.464.158,09	13.263.921,47
Org. Social Est. SP – UNISM Philippe Pinel	4.278.839,80	-
Org. Social Est. SP – Hosp. Regional de Assis (Convênio)	24.754.824,26	-
Org. Social Est. SP – Hosp. Regional de Assis (C.Gestão)	11.697.037,01	-
Org. Social Est. SP – CAIS Clemente Ferreira (Lins)	11.475.542,50	-
Org. Social Est. SP – Hosp. de Francisco Morato	-	69.201.132,52
Org. Social Est. SP – SVO e SAP (Santos)	-	2.391.400,63
Org. Social Est. SP – Guarani de São Carlos	-	4.540.535,51
Org. Social Est. SP – Hamodimica (Santos)	-	10.610.777,38
Org. Social Est. SP – Lesões Labopalaiais (Santos)	-	426.375,89
Org. Social Mun. SP – Jardim Ângela e Capão Redondo	864.576.349,63	774.234.697,76
Org. Social Mun. SP – Convênio Parto Seguro	367.689.785,17	328.075.699,94
Org. Social Mun. SP – PROREHOSP	191.114.894,29	241.050.916,39
Org. Social Mun. SP – Hosp. M’Boi Mirim	354.998.797,91	328.133.739,00
Org. Social Mogi das Cruzes – UNICA (CG 67/2018)	-	7.135.529,54
Org. Social Mogi das Cruzes – ESF/LACEM (CG 46/2020)	-	3.063.777,36
Org. Social Mogi das Cruzes – UNICA (CG 57/2025)	16.746.931,26	7.136.459,53
Org. Social Mogi das Cruzes – ESF (CG 20/2024)	11.757.855,85	-
Org. Social Mogi das Cruzes – LACEM (CG 79/2025)	9.386.179,66	-
Org. Social RJ – Hosp. Mun. Evandro Freire (CG 10/2021)	99.215.026,78	98.118.781,71
Org. Social RJ – Hosp. da Mulher Mariska Ribeiro	102.337.535,88	99.930.131,57
Org. Social RJ – Hosp. Mat. Paulino Werneck	42.348.178,04	42.348.178,04
Org. Social Recife – Pronto Socorro da Vila Dirce	5.508.697,71	20.810.693,37
Gestão Saúde Campinas – Bata Branca	105.028.665,67	92.477.554,42
Gestão Saúde Campinas – Cirurgia Geral	4.786.178,77	4.820.999,05
Gestão Saúde Campinas – Ambulatório CEASA	784.750,23	775.765,98
Gestão Saúde Campinas – Otorrinolaringologia	-	1.856.588,34
Gestão Saúde Campinas – Saúde Mental	-	592.839,63
Gestão Saúde Campinas – Maternidade Municipal de Peruíbe	3.880.920,44	3.940.945,48
Org. Social Peruibe – Hosp. Mat. Santa Casa	65.285.636,87	59.386.595,94
Org. Social São José dos Campos – UPA Campo dos Alemães	28.627.185,88	15.864.044,00
Org. Social São José dos Campos – Microrregião Norte	40.830.573,25	95.855.126,00
Org. Social Barueri – Pronto Soc. Arnaldo Figueiredo Freitas	31.185.979,19	-
	2.836.728.057,16	2.618.437.911,13

A composição das receitas reflete a atuação da Entidade na gestão e execução de serviços de saúde em diferentes localidades, observando-se variações decorrentes do porte, escopo e estágio de execução dos projetos e contratos em andamento. A maior parte das receitas operacionais líquidas decorre da prestação de serviços com a celebração de novos contratos e a expansão de serviços, bem como a descontinuidade ou revisão de escopo em determinados instrumentos. A Administração acompanha a execução dos contratos, assegurando o reconhecimento das receitas em conformidade com o regime de competência e com as disposições contratuais.

22. Assistência Gratuita Prestada em Saúde: A Entidade desenvolve programas, projetos e ações voltados à promoção da saúde, prevenção de doenças e ampliação do acesso a serviços assistenciais, sendo a principal delas o Programa de Assistência Gratuita à população, em linha com a política interna de saúde, com os requisitos aplicáveis à certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde (CEBAS). As iniciativas abrangem ações assistenciais, educativas e socioambientais, direcionadas a diferentes públicos e linhas de cuidado, com foco na promoção da saúde integral, incluindo projetos conduzidos no âmbito do Instituto de Responsabilidade Socioambiental Dr. Fernando Pronscha de Gouvêa – Instituto CEJAM. A assistência gratuita prestada em saúde é mensurada com base no valor que seria praticado em condições normais de mercado para serviços equivalentes, conforme critérios estabelecidos em procedimentos internos.

Composição da assistência gratuita prestada em saúde:

	2025	2024
Assistência gratuita em saúde	9.411.565,60	8.684.045,48

Os valores relativos à gratuidade são reconhecidos contabilmente como receita e, simultaneamente, como despesa, não impactando o resultado do exercício, em razão da renúncia de recebimento pelos serviços prestados. A execução dessas atividades contribui para a ampliação do acesso da população aos serviços de saúde, em conformidade com os requisitos legais e regulatórios aplicáveis à certificação CEBAS. **23. Custos Operacionais em Nosso Poder:** Os custos operacionais referem-se aos valores reembolsados pelas unidades operacionais à Sede Administrativa, destinados à cobertura de despesas indiretas necessárias ao suporte e à manutenção das atividades da Entidade, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1. A Sede Administrativa concentra, além das funções estratégicas, a execução de atividades operacionais de natureza corporativa, incluindo as áreas de contabilidade, fiscal, patrimônio, custos, prestação de contas, orçamento, contas a pagar, contas a receber, jurídico, tecnologia da informação, recursos humanos e suprimentos, que atendem de forma centralizada às unidades operacionais. Os custos operacionais compreendem, principalmente, despesas com pessoal, aluguel de estruturas administrativas e operacionais compartilhadas, necessários para o funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento dos contratos de gestão e convênios. A centralização dessas atividades permite ganhos de eficiência operacional, padronização de processos e melhor controle dos recursos, evitando a duplicidade de estruturas administrativas e contribuindo para a otimização dos custos institucionais. Os valores reembolsados refletem o consumo dos serviços pelas unidades e correspondem ao rateio dos custos incorridos, não representando margem ou geração de resultado em bases consolidadas.

Composição dos recursos para custeio operacional:

	2025	2024
Recursos para custeio operacional	83.986.318,71	62.122.525,07

Esses valores estão diretamente relacionados ao suporte às atividades assistenciais em saúde e à execução dos contratos de gestão e convênios.

24. REALIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER: Esses valores possuem natureza de subvenção para investimento e são reconhecidos no resultado de forma sistemática ao longo da vida útil dos bens, abrangendo entre outros serviços médicos, exames, diagnósticos e especialidades clínicas. Adicionalmente, os repasses destinados à aquisição de ativos são apropriados ao resultado de forma compatível com a depreciação dos bens correspondentes, refletindo o consumo econômico desses ativos ao longo do tempo.

Composição da realização de bens públicos em nosso poder:

	2025	2024
Realização de Bens Públicos em Nosso Poder	9.017.605,67	8.596.645,42
A realização está diretamente relacionada à utilização dos bens nas atividades assistenciais, não impactando o resultado econômico em termos de geração de caixa.		

25. Outras Receitas: As outras receitas operacionais referem-se a ingressos de natureza acessória às atividades da Entidade, não diretamente vinculados à execução dos contratos de gestão e convênios, mas relacionados ao suporte e à operacionalização de suas atividades. Essas receitas decorrem, principalmente, de eventos específicos e não recorrentes, bem como de ajustes e recuperações de valores, cuja natureza não se enquadra nas receitas operacionais principais.

Composição das outras receitas operacionais:

	2025	2024
Recuperação de despesas com pessoal	11.252.959,67	9.331.788,83
Recuperação de despesas com terceiros	620,00	977,38
Recuperação de despesas com materiais	28.684.362,36	695.862,14
Recuperação de despesas gerais	25.686.962,15	27.086.244,16
Aluguéis	2.541.765,00	1.387.233,43
Arrendamento do estacionamento	571.236,79	640.004,27
Parcerias operacionais	2.000.000,00	-
Eventos	1.233.000,00	147.535,69
Extraordinárias	290.510,18	